
Para Tarso Genro, operação da Polícia Federal não tem viés político

O ministro da Justiça, Tarso Genro, rebateu as críticas feitas à Operação Castelo da Areia, da Polícia Federal, que resultou na prisão de quatro diretores da empreiteira Camargo Corrêa, e de quatro doleiros, acusados de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e fraude em licitações. Segundo ele, a operação não teve caráter político, como afirmaram políticos que tiveram nomes citados nas escutas feitas pela Polícia em telefones de executivos da empresa. “Se tem conotação política ou não quem vai dizer é a Justiça eleitoral. Não se faz vínculo com ideologia, programa de partido ou liderança política, a PF investiga fatos delituosos”, afirmou o ministro, de acordo com o site *GI*.

“Às vezes, fatos delituosos determinam outro inquérito e aí transcende a questão de lavagem de dinheiro ou mobilização ilegal de dinheiro para financiamento de campanha”, disse o ministro. Para ele, ninguém foi ainda acusado de crime eleitoral. “Quem está respondendo, está respondendo de maneira precipitada”, completou Tarso.

Ele também afirmou que a Polícia Federal não acusou os partidos políticos citados nas escutas. Na decisão que ordenou as prisões, o juiz Fausto de Sanctis, da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, afirmou que o relatório da PF mostra “distribuição de dinheiro a diversos partidos, como PPS, PSB, PDT, DEM e PP”. Também são citados o PSDB e PMDB. Mas o ministro afirmou que esse não foi o alvo da operação. “Não há nenhuma acusação da PF em relação a isso. O que há são dados que constam do inquérito que serão analisados pelo Ministério Público da Justiça eleitoral, como continuidade do trabalho que foi feito até agora, de mobilização ilegal de recursos”.

Tarso indicou que a Polícia Federal alterou sua forma de agir depois que apurou equívocos cometidos na Operação Satiagraha, deflagrada em julho do ano passado. A exposição exacerbada dos investigados teria atrapalhado o andamento do trabalho. “Essa operação está rigorosamente dentro dos padrões que determinamos, sem humilhação, permitindo que as pessoas escondam seu rosto para que não haja um adiantamento de pena, que é a exposição pública. É um inquérito rigoroso, legal, profundo e tecnicamente perfeito, que terá consequências”, disse.

Date Created

26/03/2009